

ENTREVISTA

GRANDES TEMAS

POLÍTICA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAZONAS

MAJOR THEMES: POLITICS AND REGIONAL DEVELOPMENT IN AMAZONAS



Prof.ª Drª Marilene Corrêa

Politi(k)con - Fale-nos um pouco de sua trajetória de vida e enquanto pesquisadora na área de Ciência Política.

Entrevistada - Sou amazonense, do interior, nasci em Concórdia, no rio Juruá, Amazonas, cresci e estudei em Manaus. Minha infância até os nove anos foi no seringal de propriedade de minha família, no município de Carauari. Minha mãe era professora, e alfabetizou e acompanhou o primário dos filhos. Meu pai gerenciava o seringal e era comerciante. Na época do ginásio morávamos em

REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS – **POLITI(k)CON**
Vol. 5. jul./dez 2023. **ISSN:** 2763-5945. **DOI:** 10.30681/politi(k)con.v5i1

Manaus e assim também durante o curso secundário e superior, parte da família já estava fixada na capital. Nos anos 60 era comum as famílias de seringalistas morarem em Manaus, onde os filhos maiores estudavam e os pais continuavam no interior do Estado. Várias famílias utilizaram essa estratégia, a minha, não era exceção. Mas não eram retirantes nem favelados. O esvaziamento da produção da borracha com a conseqüente depopulação no interior do Amazonas deu-se como fenômeno crescente a partir dos meados dos anos 1960.

Em Manaus, depois de ingressar na Universidade Federal do Amazonas em 1979 por concurso público, no Departamento de Ciências Sociais, fiz Mestrado em Sociologia Política na PUC de São Paulo e Doutorado em Ciências Sociais na UNICAMP.

Interessei-me pelos chamados estudos históricos-estruturais; o pensamento sociológico era ambicioso e não se contentava em estudar apenas movimentos conjunturais(uma certa pretensão). Compreender a relação de 'distanciamento' do Brasil com a Amazonia me impôs a tarefa intelectual de compreender a singularidade da região, e de como ela era 'vista como um problema para o projeto nacional brasileiro. Em um primeiro momento estudei a formação regional e apreendi as relações de oposição entre o Brasil e a região. A criação da Amazônia do Brasil exigiu das forças políticas centrais a eliminação da Amazônia portuguesa (sociedade estruturada à luz da institucionalidade ibérica) e, sobretudo a submissão física e cultural da Amazônia Indígena, condição a partir da qual a região está sempre sob renovados processos de colonização pelo próprio estado nacional e as forças que o operam. Encontrei os nexos da Amazônia com o mundo antes da sociedade nacional se constituir como unidade política. Quem nos vê do centro para a região periférica não se dá conta disso, é mais confortável pesquisar a região dessa forma, repetindo, do centro para a periferia. Eu escolhi outro caminho. Poderíamos ter sido um outro país, uma república, livre de escravos índios e negros, mas o projeto reacionário, e depois conservador do Império brasileiro impôs a adesão da região à Independência do Brasil submetendo e eliminando as iniciativas libertárias. Esse ato inaugural da Nação imperial sobre a Amazônia revolucionária, predominantemente indígena, mestiça, constituídas caboclas e brancos pobres e livres foi vencida como projeto histórico na revolução da Cabanagem.

No meu Doutorado estudei a emergência de processos de mundialização política e cultural e de globalização econômica na Amazônia, e surpreendentemente encontrei modos de realização do estado autoritário na Amazônia como operadores servis do imperialismo e do globalismo, em processos nos quais os grandes centros brasileiros só iam ser atingidos mais tarde, mas por vias menos agressivas. Aqui os anos 80 conheceram violentos processos de

acumulação e concentração de capitais, com expropriação de índios, populações tradicionais (chamados ribeirinhos, caboclos) de suas posses tradicionais e de formas de adaptabilidade no trópico úmido de muitos séculos. Essa violência contínua é o traço mais marcante das relações do Estado e da Sociedade na Amazônia. Poucas são as iniciativas de governos nacionais que não agravam as contradições da região com os projetos nacionais brasileiros, frequentemente fracassados. Economia capitalista de enclave (Zona Franca e outros projetos de polos de desenvolvimento na região Norte), ou marginal e predatória (sejam das redes de crimes ou exploração para projetos agropecuários) são consequências desse distanciamento por desconhecimento das culturas e sociabilidades experimentadas historicamente. O agronegócio está em franco processo de engolir o extrativismo não predatório da floresta e as culturas de sobrevivência; por sua vez o ambientalismo dos pobres pode tornar as populares regionais mais enfraquecidas politicamente e empobrecidas sem políticas públicas de grande envergadura. Politicamente, a maioria dos brasileiros quer pagar pelo chamado desenvolvimento sustentável da Amazônia? Não creio...

Politi(k)con - Para Artur Cezar Reis Ferreira, não há um consenso sobre a definição de Amazônia, tal compreensão permanece atual na sua perspectiva ou não?

Entrevistada - Sidney Lobato (2016) aplica em interessante artigo, dois conceitos elucidados em Reinhart Koselleck sobre a visão de Amazônia contida e em movimento, no pensamento de Arthur Reis: o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. No primeiro, dimensões do passado lembradas e incorporadas reinventam o presente pela atualização do passado, pode assim dizer-se; no segundo, o futuro presente volta-se para o não experimentado, mas pressentido, do qual a previsão é ato de incerteza e angústia pelo que não se pode controlar. Portanto a visão de Amazônia em Arthur Reis, ele próprio um amazonense de Manacapuru, de família abastada (o pai era dono de jornal) que fez carreira acadêmica dentro e fora da região e foi quadro da intelligentsia regional (para além do autoritarismo e do liberalismo), manejou seu entendimento de Amazônia com bastante mobilidade, adaptando-o aos possíveis modos de inserção do Estado Nacional na região. Só a força do Estado poderia integrar a região às partes mais dinâmicas do Brasil, populações indígenas e o extrativismo das florestas evocavam o atraso, o isolamento e o risco da internacionalização dos recursos da floresta, da hidrografia dos territórios. Ironicamente o Estado foi o operador mais ativo da "internacionalização" pela desproteção de suas fronteiras e pela condescendência ao abuso predador de forças capitalistas associadas à manutenção do atraso- a exploração mineral, e madeireira, e expansão do

estoque de terras para especulação da Amazônia é bom exemplo dessa “invasão”.

Politi(k)con. Qual o lugar do Amazonas no contexto da Amazônia em termos econômico, político e ambiental?

Entrevistada - Por ser o maior estado da federação, o Amazonas é um laboratório do mau-exemplo dessa relação complicada entre o Brasil e a região norte em termos econômicos, políticos e ambientais. Pagamos para pertencer ao Brasil com desigualdade tributária e o que se convencionou chamar de fúria arrecadatária da União. Pode-se supor que o Brasil não sabe o que fazer da Amazônia e não toma para si a implantação de um projeto audacioso, pautado na ordem democrática, com arejamento e aperfeiçoamento da institucionalidade em que a nacionalização da região não fosse apenas por meio da periferização. O Brasil empobreceu a Amazônia em vários momentos de crise em que manejou ou incentivou enormes contingentes populacionais para a região. Se pensarmos em ambiente físico o Brasil está contido em na Amazônia uma vez que a região é cerca de 60 por cento do território brasileiro...

Politi(k)con. A Zona Franca está para o Amazonas como o petróleo está para os sauditas. Até onde esta expressão é verdadeira?

Entrevistada - Diria que não se aplica, só se os sauditas forem as empresas do Parque Industrial e a subserviente burocracia estatal que gere a SUFRAMA, os FUNDOS SETORIAIS e outras agências de arrecadação. Tanto é que não conseguem interiorizar mesmo a economia capitalista. Aliás, a agências de desenvolvimento regional poderiam ser um exercício importante do governo democrático do Presidente Lula, mudar a relação institucional do Governo Federal com a Amazônia. Antes era a abundância da natureza a fonte de proteína e calórica principal das populações regionais. Hoje a fome cresce, assim como crescem as contradições entre a presença humana e o ambiente natural.

Politi(K)con. Quais os desafios político-administrativos para a governança de um Estado com as dimensões continentais como o Amazonas e circundado por uma bacia hidrográfica tão grande?

Essa resposta exigiria esforço de outras ambições de projeto de pesquisa nacional que produzisse elucidações de questões para médio e longo prazo, que aprofundasse a compreensão de processos sociais e não apenas de agendas e dados políticos para consumo rápido de informações. Associado a projetos que produzam informações para sociedade civil e organizações que influenciam os poderes, mesmo as bem-intencionadas, os desafios políticos-administrativos poderiam ir além de ações do comando e controle do Estado sobre a região e poderiam indicar, conduzir e realizar mecanismos que articulassem territórios povos e culturas em outros níveis de pertencimento dos brasileiros da região Norte.

Pensar esses desafios sem diálogo com instituições e grupos sociais da região é colonialismo em todos os níveis, até mesmo nos ambientes e redes acadêmicas, ambientais e de operadores de direitos humanos. Provocar, tensionar e reverter essas condições é o desafio político maior...

Politi(k)con. Em termos políticos, o Amazonas parece não reproduzir com tanta ênfase o familismo político, pois, políticos como Gilberto Mestrinho e Amazonino Mendes, que dispunham de grande capital político não legaram familiarmente seus espólios políticos.

Entrevistada - Não creio que esse fato pontual à agência política explique todos os aspectos dos vínculos do populismo com as lideranças citadas e a associação deste poder político com aquelas que se organizam no que se chama de familismo. Desloquem-se essas estratégias de reprodução das elites para o âmbito das municipalidades e controle dos governos sobre o legislativo e o judiciário que a permissividade do nepotismo e controle de agendas políticas por gerações de famílias ficam visíveis nas estruturas de poder e nas formas de institucionalidade no Amazonas. Retrospectiva histórica de nosso grupo de pesquisa documentada em boletim do LEGAL sobre familismo no Amazonas, registrou importantes fenômenos ou mesmo processos políticos produtores e produtos de relações nesses níveis, vejamos alguns: a criação e manutenção de um “mandarinato” econômico, político e judiciário sobre a reprodução do poder das famílias, alicerçadas tanto em governo autoritários quanto populistas; do mesmo modo o ressurgimento desses grupos na ordem democrática mostram sua sobrevivência e extensão permanentes; e, como sublinha nosso boletim do LEGAL(2023) “a formação das famílias políticas no Amazonas possui um enraizamento com os governos municipais das cidades do interior do estado, onde filhos, irmãos e sobrinhos se revezam em cargos no legislativo e executivo municipal, por vezes em municípios vizinhos da cidade de origem de suas famílias políticas. Tal prática contribui para fortalecer o capital político e eleitoral destes grupos contribuindo para o sucesso nas urnas em pleitos do legislativo estadual e federal”.

Outra passagem do LEGAL constata e sublinha a presença de famílias políticas do Amazonas no legislativo nas esferas municipais, estaduais e federais e também no executivo. “Esses grupos familiares políticos em geral estabelecem sua base eleitoral nos seus municípios de origem, ocupando diversos cargos municipais, tais como vereadores e prefeitos. “Com base no capital político projetado graças aos pleitos municipais conseguem impulsionar suas candidaturas e as eleições de candidatos “apadrinhados” por eles na grande maioria dos casos são filhos ou sobrinhos dos mesmos.” (“FAMÍLIAS POLÍTICAS DO AMAZONAS | Legal”) Procedimentos restritos às famílias como revezamento de parentes em cargos eletivos, nomeação para cargos vitalícios, favorecimento público de parentes em

negócios com o Estado são naturalizados pelo uso de capital político-partidário para lançar membros da família no jogo político. Esses aspectos do familismo tem se demonstrado constantes, extensivos e difusos a outras esferas institucionais.

Nosso Laboratório mapeou 4 famílias exemplares nessa tipologia. Outra constatação do LEGAL(2022) é relação entre as famílias tradicionais e o poder aquisitivo (...) que contribui para o enraizamento destes grupos no poder.(...) no estado do Amazonas há uma continuidade entre as relações econômicas dessas famílias e a representação política, onde grandes empresas familiares terão representantes no poder político.

Politi(k)con. Quais as principais forças políticas do Amazonas e seus respectivos partidos?

Entrevistada - As principais forças políticas do Amazonas hoje giram em torno de quatro atores e seus respectivos partidos. Em primeiro lugar, Wilson Lima, governador reeleito e líder do União Brasil no Amazonas. Em segundo, David Almeida, atual prefeito e filiado ao Avante. E, por fim, Omar Aziz reeleito Senador e PSD e Eduardo Braga, senador da República, ex-governador do Amazonas e filiado ao MDB.

Fabiano Santos, assinala movimentos e diferenças de comportamento político com base em resultados eleitorais em toda Amazônia Legal. Mesmo com diferentes comportamentos eleitorais nos estados da Amazônia Legal, ao longo do período de pesquisa, no pleito eleitoral de 2018, essas disparidades foram reduzidas e movimentos em comum puderam ser observados (cf. Boletim Sintético, 2022). A ascensão da direita e seus ideais ultraconservadores na região seguindo o mesmo quadro pelo Brasil. Estou de acordo com ele quando chama a tenção para as diferenças entre os estados. “ A verdadeira diferença entre esses estados aparece na análise das eleições passadas. Com isso, é possível determinar as ideologias com mais tradição em cada estado, assim como observar os movimentos ascendentes e descendentes que resultaram no cenário atual. Essa determinação é importante tendo em vista detectar semelhanças entre estados e vislumbrar padrões de comportamento(cf. Santos 2022). Assim, o Amazonas passa a integrar a tradição de eleger candidatos de direita à exemplo de Rondônia e Roraima e a apresentar tendencia conservadora no comportamento eleitoral.

Na representação municipal dessas forças políticas pela capital, Manaus, 20 partidos têm cadeiras na CMM, com destaque para o Avante, partido do prefeito, que tem cinco vereadores na casa, seguido pelo Partido Social Cristão (PSC), Republicanos, União Brasil, Patriota, Partido da Mobilização Nacional (PMN), cada um com três representantes. Esclarecimento do Boletim Legal Amazonas adverte que a vitória eleitoral de David Almeida garantiu a sua coligação Avante Manaus (Avante-PMB-PTC-PRTB-PV-DEM-PROS), composta por partidos de centro-direita,

contudo, obteve dez cadeiras no legislativo municipal. No cômputo das siglas governistas, o Avante elegeu quatro vereadores, PTB, PRTB, PV e DEM elegeram um vereador cada e PROS apenas dois, enquanto o PMB não logrou êxito eleitoral. O candidato derrotado no segundo turno e sua coligação Junto Podemos Mais, formada pelos partidos PSL, Cidadania, Podemos e MDB, obteve apenas sete cadeiras. O partido do prefeito conseguiu três cadeiras, PSL outras duas e Cidadania uma; MDB não conseguiu eleger um único candidato. De fato, na luta política na Câmara Municipal de Manaus (CMM), sair derrotado de um processo eleitoral não significa necessariamente estar ausente da agenda de governo do prefeito. O período pós-eleitoral é um momento de recomeço, de realinhamento das forças partidárias, dos atores e dos interesses (cf. Boletim do Legal Amazonas, 2022)

O Estado do Amazonas segue tendência à direita de toda região Norte, especialmente impactada depois da eleição de Bolsonaro a presidência da república. Mesmo que, à exemplo da região tenha votado em Lula e Dilma nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2016, em 2018 a população de Manaus assegurou a maioria dos votos em Bolsonaro, ao contrário da maioria dos municípios do interior, um congelamento da presença da esquerda no Legislativo do Estado e apenas um representante da esquerda na câmara federal.

As três principais forças que concorreram a eleição em 2022 expressam características dessa direita volver, assumindo feições de ultradireita, conservadoras e de centro-esquerda, seja por suas características internas, seja pelas composições que apresentaram nessas eleições majoritárias. Dimensão reveladoras dessas forças políticas assim as caracterizam pelas alianças de sujeitos e partidos que foram à disputa, quais sejam:

A coligação aqui é trabalho – União, Patriota, PTB, Republicano, Avante, PSC, PRTB, PP e PMN reelegeu Wilson Lima, Governador atual apoiou e foi apoiada pelo presidente e candidato Jair Bolsonaro. Reproduz, em nível local, as suas iniciativas do governo federal, hostis, antidemocráticas e profundamente prejudiciais ao Amazonas, salvo as que concernem à política econômica contrária à Zona Franca de Manaus.

Não tem propostas programáticas; nem presença de regulação estatal e intervenção social diante das forças predatórias, inconstitucionais, mantém-se no controle da agenda pública por cooptação de esferas do legislativo, (cargos, emendas) e de governos municipais (serviços de infraestrutura).

Do ponto de vista ideológico reúne forças reacionárias de setores industriais, do extrativismo predatório (setor madeireiro e garimpo ilegal), especuladores de terra, grandes produtores rurais, comerciantes, segmentos da indústria, evangélicos, parte expressiva do funcionalismo público, e digitais influencers; os segmentos

econômicos que mais o apoiam é a mais baixa e mais alta estratificação (de 1 a 2 salários-mínimos e a elite adesista aos favores de governo.

A Federação PSDB/Cidadania -PSDB é uma força política que agrega duas tradições conservadora e de centro. A primeira, repousa na herança de governos exercidos por Amazonino Mendes (falecido em 2023), de feição carismática e populista, mas identificada com as populações interioranas, com forte atuação em políticas públicas e programas de governo de apelo popular. Sua intervenção como força cria lealdades individuais e coletivas, com controle do Estado dentro e fora da máquina pública, com diálogo e cooptação da imprensa e de setores econômicos tradicionais e parcelas do sindicalismo local, que pode explicar sucessivas vitórias em pleitos eleitorais.

A segunda, sustentada prioritariamente no controle e cooptação da imprensa, gastos excepcionais com publicidade e na figura emblemática e polêmica de Arthur Neto, ex-prefeito, ex-deputado federal e ex-senador a quem se reconhece o valor como parlamentar de oposição, em nível nacional, conciliador com a elites em nível local, sob o discurso de defesa intransigente dos interesses do Amazonas mas que na execução de governos demonstrou-se em práticas patrimonialistas e nepotistas com clara mistura entre o público e o privado, com intenções de criação de linhagem.

A Coligação em Defesa da Vida é uma força híbrida que agrega partidos de esquerda PT, PV e Pc do B, um candidato de partido de centro, do PMBD- que não apoia a candidatura deste partido, e que faz parte dos 12 diretórios estaduais que apoiam a candidatura LULA. Sob essa composição firmam-se compromissos programáticos opostos ao projeto de poder da ultradireita. A Coligação Brasil da Esperança que reúne partidos de centro e de esquerda, mas promove a “esquerdização” de forças políticas locais, em apoio à chapa Lula-Alckmin, na medida em que anuncia reforma social, transformação institucional e prioridades de governo para os pobres. No plano estadual o PSB e o PSOL não constituem a coligação que sustenta a candidatura LULA ,mas apoiam a chapa Lula-Alckmin.

Em resumo, no estado do Amazonas desde o ano eleitoral 2018, na representação estadual, 2018 foi um ano eleitoral disruptivo. As eleições do presidente Jair Bolsonaro (PSL) e do governador Wilson Lima (PSC) alteraram profundamente a correlação de forças nos seus respectivos distritos. Se Bolsonaro conseguiu romper a polarização histórica entre PT e PSDB, Wilson Lima igualmente consegue superar o pacto da elite estadual que remonta à década de 1950. Plínio Coelho, Gilberto Mestrinho, Amazonino Mendes, Eduardo Braga, Omar Aziz e José Melo são de uma linhagem política comum que, ao longo das décadas, mantêm uma estratégia comum de recrutamento, socialização e sucessão do controle político do Estado. Eleito Wilson Lima e sua composição de partidos manteve-se o

quadro disruptivo. No entanto, começa a se desenhar, recentemente, aproximações entre o Senador Eduardo Braga e o Prefeito Davi Almeida que ameaça desequilibrar as forças em torno do Governador Wilson Lima.

Politi(k)con. O Amazonas já contou com grandes lideranças no Congresso Nacional a exemplo de Bernardo Cabral, Jeferson Peres e Arthur Virgílio e Vanessa Graziotin. Como você avalia a atual representação do Amazonas no Congresso, neste caso mais específico no Senado Federal, em termos de representação política em termos de lideranças?

Entrevistada - Omar Aziz e Eduardo Braga são lideranças expressivas em nível nacional e local. Ambos foram governadores, Eduardo Braga foi ministro no governo Dilma e Omar Aziz convidado a ser ministro por LULA em seu terceiro governo preferiu declinar. Têm presidido importantes Comissões no Senado/Congresso. Arthur Virgílio foi o parlamentar aguerrido e orgânico do PSDB, também Ministro de FHC. Vanessa Graziotin, a representação mais orgânica do PC do B não obteve sucesso na candidatura à deputada federal. O melhor deputado federal do PT no Amazonas, Ricardo Wedling não foi reeleito; e dedicou seu mandato às causas coletivas do ensino superior público, à infraestrutura de ciência e tecnologia para instituições públicas, às questões ambientais e de direitos humanos. O eleitorado parece não considerar o legado desses mandatos...

- Politi(k)con. Segundo o cientista político Jairo Nicolau, o Brasil dobrou a direita nas eleições de 2018, foi o caso do Amazonas? Como você classificaria o Amazonas em termos ideológico-partidário?

Entrevistada - Como já foi assinalado em resposta anterior, Estado do Amazonas segue tendência à direita de toda região Norte, especialmente impactada depois da eleição de Bolsonaro a presidência da república e passa a integrar a tradição de eleger candidatos de direita à exemplo de Rondônia e Roraima e a apresentar tendência conservadora no comportamento eleitoral (cf. Santos, 2023).

Politi(k)con. O Amazonas, como grande parte dos estados brasileiros, nunca fora governado por uma mulher, quais os efeitos concretos disto em termos de representação política de gênero? Quais os desafios para eleição de uma mulher para Executivo estadual do Amazonas?

Entrevistada - Todas as mulheres eleitas para mandatos políticos no Amazonas, historicamente são, ou se associaram às forças dominantes dos governos estaduais e federais ou a estratégias políticas de famílias para atingirem esse estatuto. Casos tópicos podem ser encontrados com ação em municípios e no Estado. Mesmo aquelas mulheres que começaram conquistando mandatos populares por causas coletivas, ou esforços pessoais, ou comprometimento orgânico partidários, para se reeleger como vereadoras, deputadas estaduais, federais e senadoras em seus Estados tiveram de procurar a estrutura e meios de sustentação de suas

campanhas com o apoio dos governadores e presidentes da república, portanto da chamada situação de poder. Desconheço se agendas de Gênero foram responsáveis pela eleição dessas mulheres.

No entanto a ausência dessa pauta entre as escolhas políticas é lacuna grave à evolução dos direitos humanos e ao fortalecimento do protagonismo feminino.

Politi(k)con. Quais os desafios para Ciência Política no Amazonas e no Brasil? Quais temas, em sua avaliação são os mais candentes?

Entrevistada – Inúmeros: a própria organização do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal, iniciativa iluminada de grupo de pesquisadores liderados por Fabiano Santos, com focos de atenção em comportamento político, produção legislativa e dinâmicas eleitorais em todos os estados da região, é um enorme esforço de inteligibilidade da situação e dos fenômenos Políticos na Amazônia pelo olhar da Ciência Política.

As sugestões de bibliografia, assim como o perfil de formação, podem ser encontradas nas ementas de disciplinas publicadas pelos sites de pós-graduação das universidades brasileiras e estrangeiras. Importante é assinalar que algumas instituições sugerem leituras específicas sobre fatos, fenômenos e dinâmicas contemporâneas da política brasileira e da ciência política que se desenvolve por meio de pesquisas. Gosto muito quando a UNICAMP alia a especificidade disciplinar à oferta de ferramentas teórico conceituais para formação de mestres e doutores e à manutenção de vínculos entre as discussões teóricas e os problemas políticos contemporâneos. Do mesmo modo o IESP ao assinalar a radiação do processo de constituição desta área de conhecimento já institui ênfase à formação especializada as mais conceituadas IES brasileiras têm Laboratórios, Seminários, Revistas, estruturas de processos de circulação de ideias exemplares àquelas que ainda estão fortalecendo o campo interno de sua organização disciplinar. A USP assinala o tempo em que atividades estruturantes existem e fomentam a criação do *habitus* do pesquisador de ciência política, importante traço de sua comunidade de interesses acadêmicos com consideráveis movimentos de internacionalização. Citando apenas algumas não quer dizer que ignore o esforço de muitas.

A bibliografia ideal alia a aquisição de cultura clássica e contemporânea da ciência política enquanto campo disciplinar e seguras metodologias de pesquisa em constante aprimoramento. A condição de credibilidade da opinião acadêmica desta área é outra necessidade sempre renovada.